

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UPE MULTICAMPI: AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE 2018 E 2019

Hígor Ricardo Monteiro Santos  
Bárbara Siqueira Batista  
Miriam Lecilia Farias Ribeiro  
Josiete da Silva Mendes

### RESUMO

Por meio da institucionalização e inserção nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, a Extensão Universitária tem ganhado evidência nas universidades brasileiras. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever as principais características de um conjunto de 40 ações extensionistas aprovadas em edital da Universidade de Pernambuco (UPE), as quais tiveram como base os indicadores de avaliação da extensão universitária definidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). Diante disso, foi realizada uma pesquisa documental em fontes primárias, tais como o site da UPE, os relatórios das ações extensionistas e os relatórios do setor de Recursos Humanos. Os resultados apresentados neste trabalho evidenciam um alto número de ações na área de saúde, assim como uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões abrangidas pelas ações. Dessa forma, foi possível perceber contribuições para vários municípios, escolas públicas e inclusão de população vulnerável como público-alvo. Além disso, este trabalho também avança no sentido de aplicar um sólido instrumento de avaliação proposto pelo FORPROEX num ambiente real de ações extensionistas.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Indicadores de extensão. Gestão acadêmica.

## UNIVERSITY EXTENSION AT UPE MULTICAMPI: EVALUATION OF INDICATORS FOR 2018 AND 2019

### ABSTRACT

University Extension has gained evidence in Brazilian universities through institutionalization and insertion in the curricular matrices of undergraduate courses. In this sense, the aim of this paper is to describe the main characteristics of a set of 40 extension actions approved in a public notice from the University of Pernambuco (UPE), which were based on the university extension evaluation indicators defined by the National Forum of Pro-Rectors Extension (FORPROEX). Accordingly, a desk research was carried out on primary sources, such as the UPE website, reports of extension actions and reports from the Human Resources sector. The results presented in this paper evidence a high number of actions in the health area, as well as a great contribution to the economic, social and cultural development of the regions covered by the actions. That way, it was possible to perceive contributions to various municipalities, public schools and the inclusion of vulnerable populations as a target audience. In addition, this work also moves towards applying a solid assessment tool proposed by FORPROEX in a real environment of extension actions.

**Keywords:** University Extension. Extension Indicators, Academic Management.

Data de submissão: 29/09/2020

Data de avaliação: 15/12/2020

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade é composta pelas dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, que são indissociáveis. Por sua vez, “o princípio da Indissociabilidade entre essas dimensões constitui uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade” (GONÇALVES, 2015, p. 1236).

No Brasil, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, marcou o reconhecimento dessa indissociabilidade, ao destacar que a extensão está atrelada ao processo de desenvolvimento dos discentes (ensino) e a produção e divulgação do conhecimento (pesquisa) a partir da relação dialógica com a sociedade (FORPROEX, 2012).

Porém, apesar de se admitir a importância da relação entre essas variáveis, acompanha-se que “a publicação acadêmica tem sido primordialmente vinculada à atividade de pesquisa. Ou seja, destinada a divulgar o produto das atividades de investigação ou reflexão teórica dentro das mais diversas áreas de conhecimento” (COELHO, 2014, p. 70). No entanto, devido a ampliação da pauta extensionista, é possível perceber um aumento de periódicos e publicações na dimensão da extensão universitária

Além do crescente interesse pelas publicações, a inserção obrigatória da extensão universitária nos currículos de graduação como parte fundamental na formação do estudante, também tem contribuído na sua valorização (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018). Nesse contexto, a Universidade de Pernambuco (UPE), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), tem demonstrado uma grande preocupação na valorização da extensão universitária.

Dentre algumas iniciativas, pode-se citar: a estruturação hierárquica da própria PROEC e das coordenações setoriais de extensão e cultura para contemplar todos os *campi* da UPE; criação de resoluções que regulamentam e formalizam tudo que envolve a extensão universitária na instituição; elaboração de editais para fomentar propostas de ações extensionistas; e a criação da Revista de Extensão da UPE (REUPE).

Nesse cenário, é importante entender que a UPE possui unidades espalhadas por todo o estado de Pernambuco e que abarca em sua estrutura hierárquica 10 Coordenações Setoriais de Extensão e Cultura. Por questões de gestão, o *Campus* Garanhuns é responsável administrativamente pelos *campi* Arcoverde, Serra Talhada e Salgueiro. Com isso, a Coordenação Setorial de Extensão e Cultura faz parte da gestão UPE Multicampi Garanhuns. Para clarificar, o Quadro 1 demonstra a distribuição dos cursos de graduação de acordo com cada *campus*.

**Quadro 1** - Distribuição dos cursos de graduação por campus UPE Multicampi

<i>Campus</i>	<b>Quantitativo de ações</b>
Garanhuns	Psicologia, Engenharia de Software, Medicina e Licenciaturas em Computação, Geografia, Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia
Arcoverde	Direito e Odontologia
Serra Talhada	Medicina
Salgueiro	Administração e Tecnólogo em Logística

**Fonte:** os autores

Essa estrutura desafia a gestão no que se refere ao planejamento e monitoramento das ações extensionistas. Assim, se faz necessário estabelecer e utilizar instrumentos para monitorar e mensurar o impacto das atividades extensionistas na sociedade.

Anualmente, a PROEC lança publicamente um edital para financiamento das ações extensionistas, em que todos os seus docentes podem submeter e concorrer com propostas, juntamente com técnicos e estudantes da universidade. No ano de 2018, foi publicado o edital PIAEXT (Programa Institucional de Apoio à Extensão), o qual tinha como objetivo fomentar projetos e programas de extensão com recursos financeiros pelo período de junho de 2018 a junho de 2019. Ao todo, no período de 2018-2019, foram aprovadas 100 propostas de ações extensionistas, das quais 40 são da estrutura Multicampi (Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada e Salgueiro).

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é descrever as principais características e contribuições dos projetos e programas aprovados no Edital PIAEXT de 2018 da PROEXC- UPE. Nesse sentido, serão apresentados sinteticamente os resultados dessas ações tendo como base os Indicadores de Avaliação da Extensão Universitária definidos pelo FORPROEX (2017).

A utilização desse instrumento apresenta-se como uma importante medida porque a formalidade no registro, avaliação e análise das ações extensionistas ainda é muito incipiente. A pesquisa de Kienetz, Vieira e Visentini (2020) constatou que, após analisar os sites de 63 universidades federais, não existem modelos de indicadores consolidados para avaliar as ações de extensão.

Assim, enxerga-se que este estudo tem como contribuição teórica a aplicação e discussão dos indicadores de avaliação das ações extensionistas propostos pelo FORPROEX (2017) e, com isso, servirá de evidências para futuros estudos no intuito de melhorias na forma de mensuração das ações extensionistas. Por sua vez, pode-se citar que este trabalho contribuirá de forma prática, apresentando um panorama geral das ações extensionistas da UPE Multicampi dos anos 2018-2019. Do ponto de vista gerencial, este cenário permitirá que a Coordenação Setorial de Extensão e Cultura consiga estabelecer objetivos e metas alinhados com a sua realidade, e assim possa monitorar as futuras ações.

## **2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: HISTÓRICO E AVANÇOS**

A extensão surge, no contexto mundial, a partir da Revolução Industrial, que compreende o século XIX. De acordo com Paula (2013), teve origem na Inglaterra e difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade, mas expandiu-se em um movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos políticos), que buscavam de certa forma neutralizar os efeitos do capitalismo. No Brasil, a

extensão universitária surge por volta de 1930 junto com a criação das instituições de ensino universitárias (PAULA, 2013).

O FORPROEX, criado em 1987, foi decisivo na efetiva institucionalização da extensão na atuação universitária, assim como na construção da política que vigora atualmente, por meio de instrumentos que avaliam e acompanham ações de extensão e como principal interlocutor que define as políticas públicas que a fomentam (PAULA, 2013).

Buscando trazer para essa dimensão universitária (a extensão) princípios avaliativos que pudessem mensurar e melhorar a gestão da prática universitária Maximiano Junior *et al* (2017) publicaram o livro “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das ações como: projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorar a qualidade, corrigir problemas e impulsionar as necessidades de mudança. Nesse aspecto, o uso de indicadores permite gerar informações sobre os acontecimentos para que se possa avaliar e realizar melhorias ao *status quo* das ações extensionistas (KIENETZ; VIEIRA; VISENTINI, 2020).

Outro avanço obtido na política de extensão brasileira foi a sua inserção como obrigatória nas matrizes curriculares dos cursos de graduação. Tal obrigatoriedade foi motivada pela exigência feita no Plano Nacional de Educação (2014-2024), a qual afirma que se deve: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (BRASIL, 2014).

Segundo Benetti, Sousa e Souza (2015) o processo de inserção da extensão na graduação vem ofertando a docentes, discentes e técnicos administrativos a possibilidade de repensar seus conceitos e ampliar também o interesse nessa integração entre as instituições de ensino e a sociedade.

Entretanto, para Kienetz, Vieira e Visentini (2020) essa obrigatoriedade de creditação das ações de extensão sem que se construa um sistema de avaliação para registro, acompanhamento e mensuração dos resultados, dificilmente trará o engajamento da comunidade acadêmica nas referidas ações, bem como a valorização da extensão universitária.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção destina-se à descrição dos procedimentos utilizados e as razões para a escolha de cada um deles, que tiveram o intuito de alcançar o objetivo deste trabalho. Dessa forma, para descrever as ações extensionistas da UPE Multicampi, suas principais contribuições e os resultados de acordo com os indicadores da extensão universitária, pode-se afirmar que foi realizada uma pesquisa documental.

Segundo Gil (1999), a pesquisa documental é análoga à pesquisa bibliográfica. A diferença entre elas se caracteriza pela natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica leva em consideração principalmente as contribuições de diversos autores de determinada área do conhecimento. Por sua vez, a pesquisa documental prioriza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico adequado, os quais podem ser interpretados e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Nesse contexto, foram utilizados como fontes primárias o site da UPE (página da PROEC), os relatórios dos projetos submetidos ao Edital PIAEXT da UPE de 2018 e os relatórios do setor de Recursos Humanos da UPE Multicampi.

Ressalta-se que para a realização da análise documental utilizou-se como base teórica os indicadores definidos no livro Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU),

citados anteriormente. Nessa publicação, foram gerados 52 indicadores e criadas 5 dimensões para categorizá-los, que são:

- Indicadores de Política de Gestão (PG);
- Indicadores de Infraestrutura (Infra);
- Indicadores de Plano Acadêmico (PA);
- Indicadores de Relação Universidade – Sociedade (RUS); e
- Indicador de Produção Acadêmica (Prod).

Após o entendimento dos indicadores, analisou-se as variáveis a partir da concepção do mapa estratégico para extensão universitária na ótica do *Balanced Scorecard* (BSC). Assim, os resultados foram relatados de acordo com as quatro perspectivas, derivadas do BSC, conforme apresenta-se na Figura 1.

Figura 1 - Perspectivas da Extensão Universitária.

**Perspectiva 1: Do aluno, da sociedade e dos financiadores públicos**

Quais objetivos devem ser alcançados para atender as expectativas das partes interessadas no sucesso da extensão universitária?

**Perspectiva 2: Dos processos internos da extensão**

Em quais processos internos deve-se ter excelência para assegurar o atendimento das expectativas das partes interessadas?

**Perspectiva 3: Da aprendizagem e crescimento institucional**

Para dar suporte aos “processos internos” e satisfazer as partes interessadas como a instituição deve aprender e melhorar?

**Perspectiva 4: Dos recursos financeiros e Infraestrutura**

Como prover recursos financeiros e infra estrutura necessários para garantir a realização do macro objetivo da extensão?

**Fonte:** Maximiano Junior *et al.* (pág. 52, 2017)

Na próxima seção, detalha-se os resultados de cada uma dessas perspectivas apresentadas na Figura 1.

## 4 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise documental realizada para descrever as principais características das ações extensionistas e as contribuições dos projetos e programas aprovados no Edital PIAEXT de 2018 da PROEC-UPE. Para facilitar a compreensão, em cada síntese das perspectivas apresentadas nas tabelas conforme mostradas no percurso metodológico, utilizou-se as abreviações dos indicadores da extensão universitária seguido do número do indicador, dentre os 52 possíveis.

### 4.1 Perspectiva das partes interessadas

Nessa perspectiva, considera-se como partes interessadas (*stakeholders*): os alunos; a sociedade; e os financiadores públicos. Para tanto, os relatórios finais dos projetos aprovados

pelo edital PIAEXT 2018 permitiram acesso a informações importantes que possibilitaram conferir os resultados referentes aos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), como: área temática, quantitativo de ações; público alcançado; municípios atendidos; contribuição para o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; parcerias com outras instituições; entre outras.

Ao analisar os achados em questão, foi possível também identificar como acontece a distribuição de áreas das ações extensionistas no âmbito da UPE Multicampi, que correspondem às de Saúde (34 ações), Educação (4 ações), Direitos Humanos e Justiça (2 ações), representadas no quadro 1. Ou seja, do total de 40 ações, distribuída entre 37 projetos e 3 programas, uma ampla maioria das ações extensionistas é dedicada à Saúde, mesmo contendo apenas 4 cursos dessa área na UPE Multicampi.

**Quadro 2-** Número de ações realizadas na UPE Multicampi por área temática

Área Temática	Quantitativo de ações
Saúde	34
Educação	4
Direitos Humanos e Justiça	2

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

No que se refere ao objetivo de contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural, percebe-se que as ações extensionistas nesse período conseguiram atingir um público de 14.041 pessoas, que representam uma média de 351 pessoas por ação (RUS7). De acordo com a análise dos relatórios dessas ações, constatou-se que dos 63 municípios que a UPE Multicampi contempla no seu entorno, 48 municípios (76,19%) fizeram parte do escopo das contribuições extensionistas (RUS13), conforme apresenta-se na Tabela 1.

**Tabela 1 -** Público-alvo das ações de extensão

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Resultado
Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural	RUS7: Público MÉDIO alcançado por programas e projetos	351 pessoas por ação
	RUS13: PERCENTUAL de Municípios atendidos por ações extensionistas	76,19%
Cumprir sua função social numa perspectiva de inclusão participativa do público-alvo	RUS10: PERCENTUAL das Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	42,50%
	RUS12: PERCENTUAL de Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	45%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

Ainda nesta perspectiva, na Tabela 1, foi possível identificar nos relatórios que, apesar da maior parte dos projetos e programas serem da área da Saúde, 42,5% deles foram dirigidos às escolas públicas (RUS10) e 45% incluíram população vulnerável (RUS12), o que demonstra que há interesse em cumprir uma das funções sociais da extensão, que é a inclusão participativa do público-alvo.

## 4.2 Perspectiva dos processos internos

Sobre os resultados obtidos nos processos internos, a Tabela 2 demonstra que entre 2016 e 2018 foram produzidos 36 materiais para a instrumentalização da extensão (Prod2). Esses materiais são encontrados no *site* da UPE em forma de edital, revistas, leis, resoluções, divulgação de eventos científicos voltados à extensão universitária, entre outros documentos.

Além disso, houve contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa (PA5), reforçando a indissociabilidade entre esses, com os percentuais de 62,5% de articulação extensão - ensino (PA3) e 45% extensão - pesquisa (PA4).

No entanto, apesar de haver regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos (PA1), até 2019 esta foi incluída de fato em apenas 7,14% dos cursos (PA2).

Ainda na Tabela 2, é possível identificar que das 40 ações extensionistas, 21 (52,5%) delas contemplaram o envolvimento de 86 profissionais externos à UPE (RUS3). Porém, as parcerias interinstitucionais precisam ser mais incentivadas, pois elas representam apenas 32,5% do total de ações desenvolvidas (RUS2). Além disso, a representação da sociedade na IES (RUS1) não foi identificada em instâncias deliberativas, como conselhos e câmaras de extensão, em que se reúnem os coordenadores setoriais e a PROEC.

**Tabela 2** - Resultados obtidos nos processos internos

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Resultado</b>
Fomentar e fortalecer ações que possibilitem uma efetiva troca de saberes entre a instituição e a comunidade	Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão	36
	PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa	SIM
Oportunizar formação integrada em ensino, pesquisa e extensão para todos(as) os(as) estudantes	PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos	SIM
	PA2: PERCENTUAL de inclusão da extensão nos currículos	7,14%
	PA3: PERCENTUAL de articulação extensão – ensino	62,50%
	PA4: PERCENTUAL de articulação extensão – pesquisa	45%
Promover maior abertura e integração da universidade junto à sociedade	RUS1: Representação da sociedade na IES	NÃO
	RUS2: PERCENTUAL de parcerias interinstitucionais	32,50%
	RUS3: PERCENTUAL do Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES	52,5%
Fortalecer as políticas institucionais de fomento à extensão para estudantes de graduação	PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão	62,25 alunos por projeto/ programa
Fortalecer a comunicação da extensão dentro da instituição e junto a sociedade	RUS5: Meios de comunicação com a sociedade	Sites e redes sociais
	Infra7: Acesso e transparência das ações extensão	SIM
Aperfeiçoar a gestão das atividades de extensão	PG8: Garantia da qualidade na extensão	SIM
	PG10: PERCENTUAL de conclusão de ações de extensão	100%
	Infra8: Sistemas informatizados de apoio à extensão	SIM

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Dessa forma, entende-se que o objetivo de promover maior abertura e integração da universidade junto à sociedade foi cumprido apenas parcialmente, bem como o de fortalecer as políticas institucionais de fomento à extensão para estudantes de graduação. Pois a quantidade de ações desenvolvidas foi baixa em relação ao número de alunos matriculados em 2018, resultando numa média aproximada de 62 alunos para cada programa/projeto de extensão (PG3).

Após análise da Tabela 2, pode-se afirmar que houve acesso e transparência das ações extensionistas (Infra7) por meio da produção e disponibilização de coletâneas e revistas eletrônicas públicas nos *sites* e mídias digitais sociais da UPE, em que constam dados das ações (RUS5).

O objetivo de aperfeiçoar a gestão das atividades de extensão também foi contemplado por meio da identificação de sistemas informatizados (Infra8) que serviram para aumentar a qualidade na extensão (PG8). A formalidade do cadastro das propostas, da avaliação e do acompanhamento do edital PIAEXT 2018 e dos formulários para envio dos resultados foram realizados por meio das ferramentas *online* da Google. Essas ferramentas serviram inclusive como fonte para coleta dos dados aqui apresentados. Além disso, 100% das ações extensionistas apresentaram relatório final (PG10), o que indica que o sistema citado anteriormente foi eficaz.

#### 4.3 Perspectiva da aprendizagem e crescimento

Na Tabela 3, apresenta-se os resultados da perspectiva da aprendizagem e crescimento. Para essa dimensão, mensurou-se que o percentual de docentes envolvidos nas atividades de extensão (PA8) é de 34%.

**Tabela 3** - Resultados dos indicadores de aprendizagem e conhecimento

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Resultado</b>
Promover maior envolvimento de docentes e técnicos para o fortalecimento da extensão	PA8: PERCENTUAL de participação de docentes na extensão	34%
Desenvolver mecanismos de reconhecimento acadêmico da participação na extensão	PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira	SIM
Fortalecer a importância estratégica da extensão universitária na instituição	PG1: Importância estratégica da extensão universitária	SIM
	PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária	SIM

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

Conforme nota-se na Tabela 3, os docentes envolvidos nas ações de extensão são valorizados (PG4) na medida em que se reconhece essa prática docente no Relatório de Atividades Docentes (RAD), sendo uma das dimensões de progressão da carreira. O RAD é um instrumento que visa avaliar sistematicamente o continuamente o servidor, permitindo que a UPE possa adotar medidas que visem a melhoria da sua prestação de serviços, além de remunerar os docentes que cumpriram os requisitos exigidos na avaliação.

A concretização dessa perspectiva de valorização da extensão pode ser atribuída ao fato da presença da extensão na missão institucional e no seu planejamento estratégico (PG1). Esse fortalecimento da extensão universitária pode ser visto na semana de planejamento docente na UPE Multicampi, em que todos os docentes e servidores se reúnem para planejar estrategicamente o ano que está por vir. Além disso, ressalta-se a existência das estruturas organizacionais de apoio à extensão (PG2), a exemplo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e da Coordenação Setorial de Extensão da UPE Multicampi (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2019a).

#### 4.4 Perspectiva dos recursos financeiros e infraestrutura

Em relação aos resultados obtidos a respeito dos recursos financeiros e infraestrutura da extensão na UPE Multicampi, a Tabela 4 demonstra que não houve disponibilidade de espaços esportivos adequados (Infra4), assim como espaços de apoio ao empreendedorismo (Infra5). Por sua vez, o cálculo de proporcionalidade de estrutura de pessoal no setor de gestão da extensão (Infra2) e o número de projetos/programas realizados levou ao resultado de 13,3 ações por cada colaborador. Ou seja, têm-se apenas 3 colaboradores distribuídos em todos os *campi* para um total de 40 ações de extensão executadas no edital em análise.

**Tabela 4** - Resultados obtidos para os indicadores de recursos financeiros e infraestrutura

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Resultado</b>
Desenvolvimento da infraestrutura de apoio à extensão	Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão	13,33
	Infra3: Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais	NÃO
	Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados	NÃO
	Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo	NÃO
	Infra6: Logística PERCENTUAL de transporte de apoio à extensão	0%
Garantir a sustentabilidade e ampliação dos recursos do orçamento público para extensão	PG11: Percentual dos recursos do orçamento anual público voltado para extensão	1%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

Ainda na Tabela 4, é possível observar que a captação de recursos financeiros na UPE Multicampi foi de 1% do orçamento anual da instituição (PG11) no que se refere a custeio (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2018). Dessa forma, foram destinados R\$ 280.000,00 reais para a Extensão Universitária em 2018. Entretanto, desse total, não houve recursos financeiros destinados a equipamentos adequados para eventos culturais (Infra3). Ressalta-se também que não houve logística de transporte de apoio à extensão (Infra6), levando os proponentes de ações extensionistas a arcarem com os custos de transporte.

## 5 DISCUSSÃO

Na **perspectiva das partes interessadas** destaca-se que das 40 ações extensionistas, 34 são pertencentes à área da saúde. Apesar do quantitativo bastante alto, ressalta-se que na UPE Multicampi possui apenas 4 cursos de graduação nessa área: um curso de licenciatura em ciências biológicas, bacharelado em odontologia e dois cursos de bacharelado em medicina. Ao analisar as ações da UPE como um todo, observa-se que, durante o mesmo período, 66,96% foram também da área de Saúde (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2019b). Dessa forma, pode-se inferir que os cursos de saúde tendem a realizar mais ações extensionistas em comparação com outras áreas do conhecimento.

Outra importante discussão nessa perspectiva é a de que, apesar de atingirem um grande público - em média 351 pessoas por ação -, apenas 42,5% das ações extensionistas foram dirigidas a escolas públicas e 45% delas contemplaram população vulnerável. Isso representa um baixo percentual diante da realidade socioeconômica das regiões onde estão localizados os *campi* da UPE Multicampi (Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada e Salgueiro), mesmo que as ações tenham atendido parte dos municípios abrangidos pelas regiões (76,19%).

Diante desse resultado na integração entre extensão e comunidade vulnerável, no que se refere a **perspectiva dos processos internos**, observou-se relevantes contribuições ao ensino (62,5%) e a pesquisa (45%). Contudo, essa relação direta com o ensino não se manifestou na inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação. Pois, observou-se que apenas 7,14% dos colegiados regulamentaram os critérios para inclusão da extensão nos currículos. Fato esse que alerta para a necessidade de, além da divulgação dos materiais para instrumentalização da extensão universitária já produzidos, maior discussão e inserção da mesma como forma de oportunizar formação integrada com o ensino e a pesquisa para todos os estudantes. A necessidade de incentivo à criação de mais ações extensionistas e parcerias interinstitucionais se evidencia também quando foi identificado que houve em torno de 62 alunos para cada projeto/programa de extensão. Isso implica dizer que, mesmo se todos os estudantes quisessem realizar ações, não seria possível porque os poucos docentes envolvidos não conseguiriam orientá-los.

Para Benetti, Sousa e Souza (2015), o processo de inserção da extensão no âmbito da graduação fornece aos membros da comunidade acadêmica a oportunidade de repensar seus conceitos e ampliar suas percepções do saber acadêmico integrado a sociedade.

Essa integração deve acontecer em uma perspectiva contrária ao mero depósito de conhecimentos da Universidade na sociedade, devendo ser reconhecidos os saberes envolvidos nas trocas dialógicas entre esses atores (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Nesse contexto, destaca-se a importância de membros externos na concepção e execução das ações extensionistas, sendo representados em 52,5% das propostas, ou seja, em 21 atividades, e realizadas parcerias e/ou convênios interinstitucionais em 13 delas. De certa forma, esses dados podem ser analisados de maneira positiva, visto que professores e técnicos de outras instituições, além de não acadêmicos, puderam contribuir com saberes diferenciados daqueles que são desenvolvidos na Instituição Pública de Ensino Superior (IPES). No entanto, apesar dessa participação da comunidade externa nas ações como profissionais e como público-alvo, foi evidenciado que ainda não há participação ativa destes nos órgãos deliberativos de extensão da Universidade.

Quanto ao acesso e transparência das ações, estes foram assegurados pela Universidade através do site e redes sociais, onde foram publicados os editais e seus resultados. A garantia da qualidade foi contemplada também por meio de procedimentos formais de avaliação de propostas, em que os próprios proponentes de outras ações participaram como avaliadores. Também houve sistemas virtuais de apoio à extensão, que serviram para que os

proponentes cadastrassem as propostas e, ao fim das ações, enviassem os resultados das mesmas, o que facilitou com que todas as ações fossem concluídas no tempo previsto.

Em relação à **perspectiva de aprendizagem e conhecimento**, constatou-se que há uma valorização do docente que participa de ações extensionistas por meio da progressão de carreira estabelecida no RAD. Esse incentivo acaba refletindo no estímulo dado do professor ao discente, conforme constatado no relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o qual mostrou um maior interesse (32%) dos estudantes em projetos de extensão em detrimento da pesquisa e do ensino.

Também é possível notar a importância dada à prática extensionista através da menção dela, a nível estratégico, na missão da Universidade. Assim como a existência de uma estrutura organizacional responsável por normatizar e regulamentar essas ações. Nessa perspectiva, enxerga-se que para um melhor aproveitamento da extensão é necessário que a Universidade também ofereça uma estrutura física, financeira e logística para andamento das ações extensionistas.

Nesse contexto, conforme os dados apresentados na **perspectiva dos recursos financeiros e infraestrutura**, pode-se afirmar que a UPE ainda precisa avançar nesse quesito. Foi evidenciado que não são disponibilizados espaços físicos ou equipamentos adequados para realização de práticas esportivas, culturais e de empreendedorismo, tampouco transporte de apoio às ações extensionistas. A ausência de tais recursos dificulta a realização de práticas extensionistas, assim como de esporte, cultura e empreendedorismo, sobretudo por parte de estudantes, visto que estas demandam um investimento financeiro que não é contemplado em sua totalidade pelo financiamento dos projetos. Ademais, pode ser um fator que influencia no acesso a populações vulneráveis, pois muitas vezes estas residem em zona rural, o que exige um transporte adequado.

A discussão sobre a necessidade de financiamento da extensão é de longa data, como consta no documento final sobre o I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987. Nele, destaca-se a necessidade da garantia de verbas permanentes advindas do tesouro nacional que viabilizem o início e continuidade de programas/projetos de extensão, o restabelecimento de bolsas de extensão (assim como existem bolsas de monitoria e pesquisa) entre outras atribuições do Ministério da Educação (MEC) para este fim (NOGUEIRA, 2000). Após esse encontro, foi lançado o Decreto nº 7.233 (BRASIL, 2010), que formalizou a destinação de recursos financeiros em apoio à extensão universitária. No entanto, esse decreto se refere apenas às universidades federais, não estendendo-se às estaduais, como a UPE. Isso evidencia a necessidade dessas propostas de financiamento ainda serem discutidas e defendidas até que sejam formalizadas.

Ainda na realidade da UPE Multicampi, o número de colaboradores que auxiliam o Coordenador Setorial de Extensão e Cultura é de apenas 3 pessoas. Assim, faz-se necessário que o objetivo de desenvolvimento da infraestrutura de apoio à extensão seja melhor explorado com a contratação de mais colaboradores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescente interesse da comunidade acadêmica em valorizar e evidenciar a extensão universitária em prol da formação dos estudantes e das suas contribuições à sociedade, este trabalho teve como objetivo descrever as ações extensionistas da UPE Multicampi aprovadas no Edital PIAEXT de 2018 da PROEC.

A partir de uma pesquisa documental realizada em todos os relatórios das ações extensionistas vivenciadas em 2018, bem como nos relatórios de gestão, nos *sites* e revistas da universidade, foi possível apresentar e relacionar os dados coletados com as perspectivas,

indicadores e suas dimensões propostas pelo FORPROEX. Além disso, aponta-se que é possível utilizá-los como instrumento gerencial para definir futuras ações de melhorias da atuação institucional.

Um exemplo disso foi a evidência da falta de participação da sociedade civil nos fóruns deliberativos da extensão. Assim, entende-se como fundamental a sua inclusão nesse momento como forma de planejar e aproximar a universidade do seu principal público-alvo.

Percebeu-se também que houve avanços no sentido de valorização da extensão por parte da gestão acadêmica, o que incentiva professores, servidores e estudantes a se envolverem de forma proativa nas atividades extensionistas.

Ressalta-se que os dados aqui apresentados e analisados representam uma parcela de 27% do total de cursos de graduação da Universidade de Pernambuco (UPE). Mesmo levando em conta que todos os cursos da UPE Multicampi estão no interior do estado de Pernambuco, esse é um parâmetro amostral interessante para entender como a política extensionista vem sendo desenvolvida na instituição.

Neste sentido, como trabalhos futuros, aponta-se a necessidade de entender em profundidade a forma em que acontece essa participação e suas diferenças a partir das realidades dos outros *campi*. Para isso, uma pesquisa qualitativa poderia suprir as lacunas deixadas na análise dos indicadores.

## REFERÊNCIAS

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 25 - 32, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm). Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 24 jun. 2020.

COELHO, G. C. Revistas acadêmicas de extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v. 5, n. 2, p. 69-75, jul. /dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1943/pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 mar. 2020.

MAXIMIANO JUNIOR, M. *et al* (orgs.). **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande - PB: EDUFPG, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set. /dez., 2015.

KIENETZ, T. B.; VIEIRA, K. M.; VISENTINI, M. S. Extensão Universitária: avaliar para evoluir. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 1, p. 111-118, 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência e Extensão**, v. 11, n.3, p. 8-27, 2015.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Relatório de Gestão do Quadriênio 2015 a 2018**. 2018. Disponível em:  
[http://upe.br/anexos/documentos\\_institucionais/relatorios\\_de\\_gestao/Relatorio\\_Gestao\\_2015-2018.pdf](http://upe.br/anexos/documentos_institucionais/relatorios_de_gestao/Relatorio_Gestao_2015-2018.pdf). Acessado em 15 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Relatório Final: Planejamento Estratégico**. 2019a. Disponível em: [http://www.upe.br/anexos/PDI/Relatorio\\_Final\\_UPE.pdf](http://www.upe.br/anexos/PDI/Relatorio_Final_UPE.pdf). Acessado em 15 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Universidade de Pernambuco em Números: 2018**: relatório. 2019b. Disponível em:  
[http://www.upe.br/anexos/upeemnumeros/2019/UPE\\_em\\_numeros\\_2019.pdf](http://www.upe.br/anexos/upeemnumeros/2019/UPE_em_numeros_2019.pdf). Acessado em 15 de julho de 2020.